



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

63.01.01.01

ATA da 454ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Condir do dia 06/11/2019

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às onze horas, em sua sede na Avenida Venezuela, cento e dez, segundo andar, na sala de reuniões da presidência do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), na cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a quadringentésima quinquagésima quarta Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Conselho Diretor do INEA (CONDIR), na forma instituída pelo Decreto Estadual nº 46.619, de dois de abril de dois mil e dezenove. Na Reunião, estavam presentes os Senhores Conselheiros: Carlos Henrique Netto Vaz, Presidente; Diego Irenaldo Alves, Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas (DIBAPE); Renan Guimarães Escopeli Gomes, Diretor de Gente e Gestão (DIGGES); Fabio Dalmasso Coutinho, Diretor de Licenciamento Ambiental (DILAM); Julia Kishida Bochner, Diretora Adjunta de Pós-Licença (DIPOS); Armando Costa Vieira Junior, Diretor de Recuperação Ambiental (DIRAM); e Helio Vanderlei Coelho Filho, Diretor de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental (DISEQ). **I. Abertura:** Abrindo os trabalhos, o Presidente cumprimentou a todos e deu início à reunião. **II. E-07/002.101415/18 – Tophouse Prestadora de Serviços de Locação de Bens Próprios e Computação Gráfica Ltda. Epp. Requerimento:** Deliberar quanto à impugnação ao Auto de Infração COGEFISEAI/00150902 (penalidade: suspensão parcial ou total das atividades de utilização irregular de fonte alternativa de água - poço artesiano - sem a devida regularização). **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da Superintendência Regional do Piabanha (SUPPIB) por meio de videoconferência e Parecer da Procuradoria do INEA nº 45/2019 – MCA, de 29/10/19, que esclareceram que: (i) o INEA interrompeu em 03/08/18 a utilização pela empresa de

captação na fonte alternativa, conforme Relatório de Vistoria nº 424/2018; (ii) a medida cautelar foi imposta pelo fato de a empresa não ter a devida regularização, no entanto, não houve indicação nos autos dos requisitos previstos no art. 29, da Lei 3.467/00; e (iii) o INEA concedeu ao autuado, em 25/06/2019, a Certidão Ambiental (CA IN IN049635), autorizando a extração de água bruta referente a 1 ponto de extração de água subterrânea através de poço, no Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, localizado na Bacia do Piabanha, Região Hidrográfica IV – Bacia do Piabanha, isenta de cobrança e da outorga do direito de uso de recursos hídricos, por se tratar de volume insignificante (E-07/002.8668/16); o Conselho Diretor determinou a anulação do Auto de Infração nº COGEFISEAI/00150902 e o posterior arquivamento do presente processo. **III. E-07/002.4063/17 – Márcio Luis Velasco Pinheiro.** Processo retirado de pauta a pedido da SUPGER. **IV. E-07/002.7304/19 – Jorge Luiz de Souza.** Requerimento: Deliberar quanto à proposta de demolição administrativa da edificação em alvenaria construída em Área de Preservação Permanente (APP) do Rio João Manoel, no Município de Macaé. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da Superintendência Regional de Macaé e das Ostras (SUPMA) por meio de videoconferência, o Conselho Diretor decidiu ratificar os procedimentos de fiscalização visando à demolição administrativa. **V. E-07/002.7307/19 – Tiago Ribeiro dos Santos de Oliveira.** Requerimento: Deliberar quanto à proposta de demolição administrativa de edificação em alvenaria construída em Área de Preservação Permanente (APP) do Rio João Manoel, no Município de Macaé. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da SUPMA por meio de videoconferência, o Conselho Diretor decidiu ratificar os procedimentos de fiscalização visando à demolição administrativa. **VI. E-07/002.10698/19 - Seidel Transportes Ltda..** Requerimento: Ratificar a medida cautelar de apreensão de um caminhão caçamba Ford modelo 1723, da cor branca, de placa KPH 9117 (Rio de Janeiro), flagrado em local de transbordo e despejo irregular de resíduos sólidos (construção civil, sucata metálica, resíduo de poda, plásticos, entre outros) com caçamba cheias, carregadas. Decisão: Conforme considerações da equipe

técnica da Gerência de Fiscalizações (GEFISO), o Conselho Diretor decidiu ratificar a apreensão cautelar. **VII. E-07/002.10699/19 - Seidel Transportes Ltda..** Requerimento: Ratificar a medida cautelar de suspensão parcial ou total das atividades de transbordo de resíduos sólidos diversos, armazenamento de caçambas e despejo irregular de resíduos sólidos, incluindo Resíduos de Construção Civil, sucata metálica, resíduos de poda e varrição, resíduos plásticos, entre outros, em área não licenciada para tal e aparentemente de domínio público. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da GEFISO, o Conselho Diretor decidiu ratificar a suspensão parcial cautelar. **VIII. E-07/002.10169/19 - Móveis Circular Indústria e Comércio Ltda..** Requerimento: Ratificar a medida cautelar de embargo das atividades de aterro, movimentação de solo e terraplenagem, causando impacto direto em ecossistema de manguezal (Área de Preservação Permanente – APP) que margeia a Baía de Guanabara, com risco iminente de agravamento do dano ambiental por eventuais processos erosivos não controlados por sistemas de contenções de sedimentos. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da GEFISO, o Conselho Diretor decidiu ratificar parcialmente o embargo cautelar, mantendo sua aplicação em área linear limítrofe à APP de manguezal e à comunidade de baixa renda, por se tratar de porção que apresenta risco de agravamento de dano ambiental de difícil reparação, bem como sobre a FMP citada na condicionante nº 23 da Licença de Instalação (LI nº 22/2018); excluindo-se da área de abrangência do embargo cautelar a área objeto do PRAD aprovado pelo ente municipal. **IX. E-07/002.10181/19 - Anderson Ferraz Silva.** Requerimento: Ratificar a medida cautelar de embargo das atividades de instalação de condomínio residencial, por promover supressão de vegetação autóctone, corte em encosta, movimentação de solo e intervenções em Área de Preservação Permanente (APP) de curso d'água não identificado, na Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), sem as devidas autorizações/licenças ambientais exigíveis por lei. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da GEFISO, o Conselho Diretor decidiu ratificar o embargo cautelar. **X. E-07/002.10177/19 - Vasco da Costa Lima Filho.** Requerimento: Ratificar

a medida cautelar de apreensão de uma retroescavadeira Random, modelo RK406B, nº de identificação BA406BMC2W2861, observado no interior de área de atividade de movimentação de terra, operando em desacordo com a respectiva Licença Ambiental. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da GEFISO, o Conselho Diretor decidiu ratificar a apreensão cautelar. Por solicitação do Presidente, os assuntos dos itens XI a XIII a seguir foram incluídos na pauta. **XI. Requerimento**: Deliberar quanto às nomeações dos servidores Frederico de Almeida Pereira como Superintendente Regional do Baixo Paraíba do Sul (SUPBAP), a partir de 01/11/19 e Ana Paula Caldas como Superintendente Geral das Regionais (SUPGER), a partir de 06/11/19. Decisão: Nomeações aprovadas conforme considerações do Presidente. **XII. Requerimento**: Definição dos substitutos eventuais das Diretorias de Gente e Gestão (DIGGES) e de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental (DISEQ), para as reuniões do CONDIR. Decisão: O Conselho Diretor determinou que os substitutos eventuais das Diretorias para as reuniões do CONDIR serão: Roberta Perez Paranhos, id. funcional 4347990-1, da DIGGES e Alexandre Cruz, id. funcional 4351452-9, da DISEQ. **XIII**. Conforme orientação da Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade por meio de videoconferência e do Presidente do INEA, o Procurador-Chefe do INEA apresentou o cronograma do Grupo de Trabalho (GT) SEAS/INEA de simplificação do licenciamento ambiental, conforme a seguir: 07/11/19 – Reunião do GT para apresentação da contribuição dos subgrupos; 08 a 13/11/19 – Reuniões dos subgrupos (área técnica e Procuradoria) e aprimoramento dos trabalhos apresentados na reunião anterior; 14/11/19 - Reunião do GT; 15 a 20/11/19 - Reuniões dos subgrupos (área técnica e Procuradoria) para fechamento da minuta final; 21/11/19 – Reunião final do GT e apresentação da minuta final de Decreto que será submetida à consulta pública; 22/11/19 – Ajustes finais pela Procuradoria do INEA; 25/11/19 – Disponibilização da minuta final de Decreto à consulta pública (prazo 15 dias); 28/11/19 – 3º Ciclo de Debates; 09/12/19 – fim do prazo da consulta pública; 09 a 13/12/19 – Análise das manifestações da consulta pública e eventuais modificações na minuta (Área técnica e Procuradoria); 15/12/19 – Envio da minuta final de Decreto do Sistema

Estadual de Licenciamento e Demais Procedimentos de Controle Ambiental (SELCA) à Casa Civil para publicação; janeiro a junho de 2020 – *Vacatio legis* e tempo para o INEA se estruturar para as mudanças. **XIV. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos. Em seguida, lavrou a presente ata que vai assinada por ele e por todos os Conselheiros do Instituto Estadual do Ambiente presentes nesta data.

CARLOS HENRIQUE NETTO VAZ

Presidente
Id. f. 5101549-8

DIEGO IRENALDO ALVES

Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e
Ecossistemas - Id. f. 5098033-5

RENAN GUIMARÃES ESCOPELI
GOMES

Diretor de Gente e Gestão - Id. f. 5106080-9

FABIO DALMASSO COUTINHO

Diretor de Licenciamento Ambiental
Id. f. 570451-0

JULIA KISHIDA BOCHNER

Diretora Adjunta de Pós-Licença
Id. f. 4347935-9

ARMANDO COSTA VIEIRA JUNIOR

Diretor de Recuperação Ambiental
Id. f. 5105994-0

HELIO VANDERLEI COELHO FILHO

Diretor de Segurança Hídrica e Qualidade
Ambiental - Id. f. 5106164-3